

# Os despudores de Anne McClintock\*

Roberto Efrem Filho\*\*

*Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial* é um livro que põe em xeque importantes termos do atual estado da arte dos debates feministas. Anne McClintock, sua autora, faz-se a um só tempo uma intelectual sofisticada e militante, travando embates teóricos e analíticos fulcrais em meio às sinuosidades das mais complexas relações de poder. De “As Minas do Rei Salomão”, do escritor Henry Rider Haggard, à gravura de Theodore Galle sobre a chegada do homem branco nas terras virgens de uma América ferozmente feminizada; das propagandas racializadas de sabonete à vida e à obra da escritora feminista Olive Schreiner; dos fetichismos sexuais, dos travestismos de classe à poesia negra e contestatória de Soweto; Anne McClintock atravessa, sem pudores, diversos e espinhosos terrenos do imperialismo. Em suas análises, ela pronuncia palavras quase impronunciáveis. Contradição, dominação, hegemonia, mercadoria, ideologia, classe trabalhadora e patriarcado são expressões que permeiam o livro. O emprego de tais palavras encontra-se, de certo, associado às interlocuções teóricas empreendidas pela autora.

Se o pós-estruturalismo e as vertentes compreensivas capitaneadas por Gayle Rubin, Donna Haraway, Joan Scott e,

---

\* Resenha de MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. Recebida em 13 de julho de 2012, aceita em 13 de agosto de 2012. Agradeço a Guita Grin Debert, Regina Facchini e Isadora Lins França por terem propiciado o meu contato com as discussões que esteiam este texto. Sua imensa generosidade – apesar e em razão de todas as nossas divergências – é um horizonte a ser perseguido.

\*\* Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas.

claro, Judith Butler prezam pelas referências aos trabalhos de Michel Foucault e a sua noção de poder, aliadas, em boa parte das vezes, às discussões com a psicanálise, McClintock arregimenta diferentes arsenais teóricos. Foucault, inclusive, é mencionado apenas em cinco das quinhentas e noventa e oito páginas do livro. Butler em duas.<sup>1</sup> McClintock prefere travar outros diálogos. É verdade que alguns dos importantes avanços conceituais procedidos pelo feminismo pós-estruturalista reverberam em sua obra. A atenção dedicada aos estudos sobre sadomasoquismo, presentes em “Couro Imperial”, mas sobremaneira num artigo intitulado *Maid to order: commercial S/M and gender power* (1993), alimenta-se explicitamente dos debates feministas ocorridos nos Estados Unidos da década de setenta e, sem dúvida, dos argumentos apresentados por Gayle Rubin (1998).<sup>2</sup> Além disso, sua posição “desessencializadora” e radicalmente histórica acerca de categorias como “raça”, “gênero” e “sexualidade” testemunha a existência de um diálogo, mesmo que subterrâneo, com o feminismo pós-estruturalista. De toda forma, os eixos sobre os quais Anne McClintock se movimenta são, sobretudo, a psicanálise e o marxismo. É assim que nomes praticamente proscritos da literatura feminista mais recente são – despudoradamente – trazidos ao papel: Karl Marx, Friedrich Engels, Georg Lukács, Antônio Gramsci, Eric Hobsbawn, Terry Eagleton e, com um carinho singular, Walter Benjamin.

---

<sup>1</sup> McClintock cita as contribuições de Michel Foucault (1961) sobre o S/M e algumas críticas de Judith Butler (2010) à psicanálise lacaniana.

<sup>2</sup> Os debates a que me referi tornaram-se conhecidos como “As Guerras Sexuais” e, resumidamente, centravam-se na questão de se fenômenos sociais como a prostituição, a pornografia e o próprio S/M pressupunham e engendravam, em essência, a subordinação das mulheres. Gayle Rubin, assim como Anne McClintock, não enxerga em tais fenômenos uma subordinação feminina inexorável e argumenta que a repressão a essas práticas sempre esteve vinculada à repressão às diversas expressões sexuais não conformáveis à moral sexual conservadora.

McClintock adverte já, na introdução do livro, que recusa, de antemão, a separação clínica entre psicanálise e história social que terminou relegando a psicanálise ao domínio do espaço doméstico, privado, enquanto a política e a economia foram alocadas no mercado público. A autora realiza um apelo por uma “investigação renovada e transformada das relações não reconhecidas entre a psicanálise e a história socioeconômica” (p. 26). O mais interessante dessa “investigação”, contudo, está em sua capacidade de explorar os conflitos entre ambos os campos do conhecimento. O modo como McClintock expõe as fragilidades da psicanálise e do próprio Freud às contradições de classe que adentravam o lar pequeno-burguês é, sem meias palavras, fascinante.

Em dois dos capítulos da primeira parte do livro, intitulada “O império do lar”, a autora analisa os diários e a relação de Hannah Cullwick e Arthur Munby. Ela, uma integrante da classe trabalhadora inglesa, ele, um advogado, membro da classe média vitoriana. Ambos envolvidos num “intenso e clandestino caso de amor que durou pelo resto de suas vidas” (p. 201).<sup>3</sup> Aquilo que, de início, aparentaria ser um “fetiche” de Munby por “mulheres masculinizadas” – ele procurava essas mulheres em meio à multidão urbana, nas minas de carvão e até nos circos – desvela-se como um fetiche pelo contraste e pela ambiguidade de gênero que remete, dentre outras questões, à relação conflituosa entre sua mãe e sua babá. Essa é a deixa analítica para que Anne McClintock confronte Freud e o complexo de Édipo.

Ela questiona, também sem pudores, em que lugar, na santíssima trindade edipiana “papai – mamãe – filhinho”, encontra-se a babá de Freud.<sup>4</sup> E responde: no espaço-tempo da abjeção, de um exterior constitutivo (p. 143). As babás são

---

<sup>3</sup> Um desses capítulos foi publicado em 2003 no vigésimo número dos *Cadernos Pagu*, como parte do dossiê *Erotismos*, organizado por Maria Filomena Gregori, sete anos antes da publicação da edição brasileira de “*Couro Imperial*”.

<sup>4</sup> Entre nós, Mariza Corrêa (2007) perquire, habilidosamente, essa mesma questão em artigo seu publicado nos *Cadernos Pagu*.

apagadas da compreensão freudiana porque seriam, teoricamente, impensáveis entre seus conceitos: não só revelariam o domínio sexual e psicológico e a dependência emocional que essas mulheres da classe trabalhadora exerciam sobre as crianças das classes médias vitorianas, como escancarariam seu poder considerável de julgar e punir aqueles de quem cuidavam, juntamente com sua capacidade de negociar o seu reconhecimento. Freud precisou negar a presença da mulher na formação das crianças porque sua afirmação requereria a visibilidade das contradições de classe que subjazem o lar pequeno-burguês e, conseqüentemente, a ação contraditória dessa mulher no seio das relações de poder. Freud, em última instância, sonega a participação da classe trabalhadora na feitura da história, tanto ao silenciar a babá, como ao apartar o espaço doméstico das relações sociais.

O desejo de Munby pelo contraste de gênero – expresso, por exemplo, nas fotografias em que Cullwick se apresenta travestida de dama, mas com as mãos embrutecidas pelo trabalho propositalmente expostas – Anne McClintock associa, portanto, a processos históricos mais amplos, a “cruzamentos perigosos” (p. 161) entre classe e gênero situados nos meandros da sociedade capitalista. É nesse mesmo tom analítico que a autora identifica certo olhar “racializado” nas pesquisas de Friedrich Engels (2008) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Segundo McClintock, Engels “figura as crises familiares que assolam os pobres urbanos através da iconografia da raça e da degeneração” (p. 76). Engels veria a condição da classe trabalhadora inglesa – degradada e degenerada –, como sendo ela uma raça diferente, desprovida de humanidade, reduzida à bestialidade em razão da miséria a que a burguesia inglesa lhe obrigava.

A percepção racializada conduzida por Engels, por mais que inconsciente ou não intencional, seria cúmplice daquilo que Anne McClintock chama de “analogia triangular entre as degenerações racial, de classe e de gênero” (p. 76) e que consistiria numa forma especificamente moderna de dominação social. Na segunda

metade do século XIX, a ideia de desvio racial se fazia empregar no policiamento vigilante daquelas que eram consideradas classes perigosas, ou seja, “a classe trabalhadora militante, os irlandeses, os judeus, as feministas, os gays e as lésbicas, as prostitutas, os criminosos, os alcoólatras e os loucos” (p. 77), todas elas vistas como atávicas em regressão a um momento primitivo da história humana. Essa analogia das degenerações é, então, costurada por McClintock ao tecido do projeto imperial. Uma dialética intrincada entre a domesticação das colônias e a racialização da metrópole manejava uma noção metafórica de família através da qual a desistoricização das colônias e de suas terras – vistas como virgens, intocadas, quase pré-discursivas – enlaçava-se à historicização das elites coloniais, autoproclamadamente distintas do populacho sexual e racialmente contagioso.

A argúcia dessas análises sobre Freud e Engels reside naquilo que feministas como Adriana Piscitelli (2008) e Regina Facchini (2009) têm indicado como sendo a contribuição central de Anne McClintock para os estudos de gênero e sexualidade: a sua sensibilidade analítica para as categorias de articulação.<sup>5</sup> No fazer epistemológico de McClintock, “raça, gênero e classe não são reinos distintos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um *Lego*” (p. 19). Raça, gênero, classe e, acrescento, sexualidade existem em relação entre si e através dessa relação, contraditória e conflituosamente. Mas McClintock alerta, *a priori*, que os entrelaçamentos entre esses

---

<sup>5</sup> Além dos trabalhos de Regina Facchini e Adriana Piscitelli, outras pesquisadoras feministas, notadamente do campo da antropologia, vêm se dedicando ao que nomeiam como “interseccionalidades”. Isadora Lins França (2009) desenvolve pesquisas que tomam os conflitos e conformações entre sexualidade, gênero, raça e classe para explicar a produção de lugares de consumo. Maria Elvira Diaz Benitez (2010) evidencia interseções entre gênero, raça, classe e sexualidade em produções pornográficas. Guita Grin Debert (1994) e Júlio Assis Simões (1997) provocam cruzamentos interessantíssimos entre gênero e geração, uma categoria que, por sinal, McClintock não aborda.

domínios não devem implicar em reduções de uns sobre outros. Em verdade, são as relações que importam, suas reciprocidades constitutivas, as contradições que as animam.

Quando, na segunda parte do livro, intitulada “Enganos mútuos”, a autora se dispõe a estudar desde o sabão e sua propaganda até os escritos e a vida de Olive Schreiner, são os entrecruzamentos e as articulações que estão em relevo. É através deles que McClintock enxerga a racialização e a sexualização da mercadoria. Citando Marx, Anne McClintock observa como o sabão, justamente ele, tornou-se uma mercadoria excepcionalmente produtiva em meio às crises econômicas da época, como um produto tão representativo do espaço doméstico migrava para as colônias e as classes subalternas como símbolo de purificação racial – no cartaz do “*Pears’ soap*”, o menino negro que se lava na banheira com o sabão se torna branco do pescoço para baixo – e como a África conquistada pelas mercadorias domésticas reafirmava sua “feminilidade” na retórica imperialista.

Essa sensibilidade de McClintock para a construção de articulações tem levado algumas intelectuais feministas a aproximá-la dos trabalhos de Avtar Brah (2006). Adriana Piscitelli (2008:267), por exemplo, chega a classificar ambas as autoras como “construcionistas”. E, de fato, afinidades há. Brah tece suas contribuições teóricas lado a lado às críticas das feministas negras e à percepção da “racialização do gênero”. Também em Brah o marxismo ressurge como uma referência. Aparece em seu *métier* teórico mais de Antônio Gramsci do que de Michel Foucault, muito embora sua leitura gramsciana seja atravessada pelas interpretações de Stuart Hall e a presença de intelectuais pós-estruturalistas e pós-marxistas em sua obra se faça mais contundente. Tanto em McClintock como em Brah, as diferenças são reciprocamente situadas em relações sociais, experiências e subjetividades. No entanto, dessemelhanças também há. Principalmente no que tange ao termo “agência”.

É notável que essa palavra sequer faça parte do vocabulário empregado por Anne McClintock em “Couro Imperial”. A autora

fala em ação, atuação e luta, mas não remete seus argumentos à noção de *agency*, tão cara a determinada intelectualidade. Nesta, a necessidade de produzir respostas ao estruturalismo e àquelas estruturas aprisionadoras – o parentesco levi-straussiano inclusive, mas também a prisão foucaultiana – levou o discurso sobre a “agência” a uma centralidade emblemática. Aos olhos menos atentos, dá-se como se a atuação dos sujeitos houvesse sido até então desprezada pelas teorias sociais.

Quando, entretanto, no segundo capítulo da terceira e última parte de “Couro Imperial”, Anne McClintock avizinha-se dos movimentos culturais contestatórios de Soweto, é nos intermeios do bom e velho materialismo histórico-dialético que ela se mobiliza. A autora inicia esse segundo capítulo mencionando a histórica marcha de 16 de junho de 1976, em que 15 mil crianças, sob os disparos da polícia armada, protestaram nas ruas contra as regras do sistema educacional então vigente. Centenas de crianças seriam assassinadas nos meses que se seguiram à passeata. McClintock não está tratando de *agency* aqui, ao menos não segundo certa versão – bastante diversa daquilo que propõe Avtar Brah<sup>6</sup> – em que as relações de dominação desaparecem completamente para dar lugar a um “agenciamento” descolado das relações de poder. McClintock está falando de marchar sob balas.

Nas atuações de Cullwick perante Munby, de Poppie Nongena diante de Elsa Joubert e seus leitores brancos, da poesia oral negra frente aos intelectuais que se recusavam a reconhecer poesia onde não houvesse reverência à forma, McClintock se propõe a abordar relações, como ela mesma diz, “muito reais de submissão” (p. 138) que contraditoriamente são negociadas com os sujeitos subordinados. Cullwick, por exemplo, não demonstra pudores em articular sua posição, em preferir se manter como empregada e não como esposa, em decidir não retirar sua pulseira suja apesar dos desígnios autoritários da patroa. E, a despeito e

---

<sup>6</sup> Diversa também do modo como as autoras feministas e as produções nacionais anteriormente mencionadas encaram a agência e o agenciamento.

em razão disso, Cullwick permanece sendo um membro da classe trabalhadora explorada – sim, esse “clichê” renitente que, apesar das acusações em contrário, insiste em existir.

O avanço analítico proporcionado por Anne McClintock se revela em seu esforço de desvendar, sinuosa e despudoradamente, as contradições que animam as relações de submissão. Nessas contradições habita sua matéria-prima. Por causa delas e pelo que elas evidenciam é que, em certos momentos, sobretudo ao final do livro, seu texto se transforma na voz transgressora de uma militante. Isso ocorre assim que o objeto analisado exige. Quando aquelas balas se aproximam e, de raspão, cortam a primeira camada da pele da escritora. O que a subjaz, floresce.

### **Referências bibliográficas**

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329–376.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010. [Tradução: Renato Aguiar].
- CORRÊA, Mariza. A babá de Freud e outras babás. *Cadernos Pagu* (29). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2007, pp.61–90.
- DEBERT, Guita Grin. Gênero e envelhecimento: os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados. *Estudos Feministas*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1994, pp.33–51.
- DÍAZ-BENITEZ, Maria Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2008. [Tradução: Bernhardt A. Shumann]
- FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: DÍAZ-BENITEZ, Maria

- Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, pp.309–341.
- FOUCAULT, Michel. *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*. Paris, Plon, 1961
- FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado em ciências sociais, área de estudos de gênero, IFCH/Unicamp, 2010.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Expressão Popular, 2007. [Tradução: Florestan Fernandes].
- MCCLINTOCK, Anne. Maid to order: commercial S/M and gender power. In: GIBSON, Pamela Church; GIBSON, Roma (ed.). *Dirty looks: women, pornography, Power*. London, British Film Institute, 1993, pp.87–116.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n° 2, Goiânia, 2008, pp.263–274.
- RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, Peter. M; SCHNEIDER, Beth. E. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York, Routledge, 1998, pp.100–133.
- SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da previdência. *Revista Estudos Feministas*, vol. 5, n° 1, Florianópolis-SC, 1997, pp.169–181.